



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO DA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª  
REGIÃO FISCAL- SRRF09**

**Pregão Eletrônico Nº 90002/2025**

**Processo Administrativo nº10905.720286/2024-99**

**GOHOBBY FUTURE TECHNOLOGY LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.373.898/0001-95, sediada na Av. Prefeito João Vilalobo Quero, nº 2259, Galpão 07, 08, 09, Sala 21, Jardim Belval, Barueri, SP CEP: 06422-122, por seu representante legal ao final assinado (**Doc.01**), vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, nos termos nos termos do art. 164, da Lei 14.133/2021 e item 15 do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO**, pelas razões adiante expostas.

**DAS NORMAS TIDAS COMO VIOLADAS**

Trata-se de edital para licitação, que visa Registro de Preços para futura e eventual aquisição materiais de consumo e permanentes.

**"1.1. O objeto da presente licitação é escolha da proposta mais vantajosa para aquisição futura de materiais de consumo e**

+55 (11) 5103-2333

licitacao@gohobby.com.br

www.gohobby.com.br



**permanentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”.**

Em idêntico sentido, próprio ente licitante faz expressa menção às normas regulamentares das Lei Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e respectivas alterações, como parte integrante da disciplina dos serviços objeto do presente certame, constante na Introdução (Regência legal) do edital.

Pois bem: passa-se a discorrer, portanto, os motivos pelos quais o instrumento convocatório está eivado de vício de ilegalidade, que deve ser sanado por este Ente Licitante, sob pena de se macular de nulidade todo o certame.

## **II- DA VEDAÇÃO ÀS CLÁUSULAS DISCRIMINATÓRIAS, RESTRITIVAS DA COMPETITIVIDADE**

Preliminarmente, é indispensável fazer-se uma breve exposição acerca do quanto preconizado pela legislação pátria com vistas a elucidar-se a absoluta ilegalidade de cláusulas discriminatórias e restritivas da competitividade em certames públicos, para, em seguida, adentrar-se propriamente na questão do restrito mercado de aquisição de aeronaves remotamente pilotadas e as irregularidades verificadas no instrumento convocatório em comento.

Com efeito, consiste a licitação num procedimento administrativo destinado a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, observados os princípios constitucionais e administrativos norteadores do certame, conforme preconizado pelo caput do artigo 5º., da Lei nº. 14.133/2021, o qual dispõe:

***"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da***

***motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”***

Como imposição do próprio interesse público na busca pela melhor proposta o certame licitatório tem por pressuposto básico a competição, a qual, pautada na observância do princípio da competitividade que assegura a participação do maior número de interessados possível aptos a prestar o objeto licitado.

Justamente para ampliar a competitividade do certame e o leque de propostas oferecido à Administração Pública é que prevê o artigo 9º, da Lei de Licitações, ser vedado aos agentes públicos:

***“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas”. (destacamos)***

Conveniente esclarecer a observância do princípio da competitividade e o dispositivo legal transcrito não vedarem que a Administração Pública especifique as características relevantes do objeto licitado, podendo fazê-lo desde que tal diferenciação se revele compatível, pertinente e indispensável ao satisfatório cumprimento contratual, nos termos destacados pelo eminente ex-Ministro Eros Grau, in verbi:

***“(…) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa***

***para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribuiu a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível". (destacamos)***

Deveras, esta interpretação é inclusive sobrelevada pela Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, o qual estipula em relação às licitações que "somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Depreende-se dos excertos transcritos reprovar-se, portanto, tão somente a previsão de cláusulas efetivamente discriminatórias, fundadas em critérios não pertinentes ou não relevantes para o objeto da contratação, as quais acabam apenas por restringir a competitividade do certame, revelando preferências pessoais do administrador ou favorecendo determinados licitantes em detrimento de outros, sem estarem respaldados em relevante e justificado interesse público.

Em outras palavras, "será inválida a cláusula discriminatória quando não tiver pertinência ou relevância. Mais ainda, também será inválida quando deixar de consagrar a menor restrição possível. Se as características do objeto licitado exigirem a adoção de tratamento discriminatório, isso não significará a autonomia da Administração para consagrar discriminação excessiva. Somente será admitida a mínima discriminação necessária para assegurar a obtenção da contratação mais vantajosa" .

Significa dizer que, respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda que indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo do certame.

No caso em apreço, existem cláusulas verificadas no instrumento convocatório do pregão eletrônico nº. 009/2024 as quais impõem exigências injustificadas e excessivas, que não guardam pertinência relevante com o objeto licitado, acabando apenas por restringir ilegalmente a competitividade. Vejamos.

### **III - DAS PECULIARIDADES DAS CONTRATAÇÕES**

No âmbito das licitações públicas voltadas à aquisição de materiais de consumo, é imprescindível a observância rigorosa dos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, isonomia e ampla competitividade, conforme preconizado no art. 37, caput, da Constituição Federal e na legislação pertinente.

Contudo, verifica-se a existência de vícios que comprometem a regularidade do certame nos itens 08, 09 do edital, os quais exigem:

- **Ao valor estimado do equipamento, incompatível com os preços praticados no mercado;**
- **E à exigência de garantia estendida de 24 (vinte e quatro) meses, desproporcional à natureza do produto e à garantia conferida pelo fabricante.**

Conforme item 5.3, item 8 e 9 do edital, exige-se o fornecimento de mochila TK3 da marca CZI ou superior, com compatibilidade de operação com os drones DJI Matrice 30 e Matrice 350. Embora a mochila TK3 seja compatível com ambos os modelos, é imprescindível destacar que, para que isso ocorra de forma funcional, é necessário adquirir dois acessórios adicionais e específicos que são vendidos separadamente da Mochila:

- Uma bateria “fake” compatível com o drone Matrice 30;
- Uma bateria “fake” compatível com o drone Matrice 350.

Tais acessórios são indispensáveis para permitir o carregamento contínuo durante o uso da mochila TK3 em ambos os drones, pois cada modelo utiliza um padrão distinto de bateria. Assim, o valor de mercado da solução completa é significativamente superior ao valor estimado no edital (R\$ 106.000,00), tornando inviável o atendimento das exigências técnicas com o orçamento fixado.

Vejamos abaixo links de valores de mercado do equipamento:

<https://www.modelismobh.com.br/mochila-com-sistema-de-alimentac-o-por-cabo-para-dji-matrice-30-czi-tk3>



Mochila Com Sistema de Alimentação Por Cabo Para DJI Matrice 30 CZI TK3  
Código: MBH11876

Por que comprar na ModelismoBH?

Seja o primeiro a avaliar este produto

**R\$ 116.388,60**  
(à vista no pix e boleto | sujeito à incidência de dafal)

**R\$ 131.720,92**  
12x de R\$ 10.976,74 sem juros | sujeito à incidência de dafal  
Ver mais opções de parcelamento

Atendimento WhatsApp

Ressalta-se, ainda, que o referido equipamento não é amplamente comercializado no mercado nacional, sendo sua aquisição predominantemente realizada por meio de importação. O valor médio praticado no exterior gira em torno de US\$

14.000,00 (quatorze mil dólares americanos), considerando apenas a mochila TK3, sem incluir os componentes adicionais obrigatórios à sua operação integral.

Sobre esse valor, ainda incidem tributos de importação na entrada, tributos de comercialização na saída, despesas administrativas, custos logísticos, frete internacional e o frete para entrega ao Órgão, o que eleva significativamente o custo total da solução. Portanto, o preço estimado no edital revela-se manifestamente incompatível com a realidade do mercado, especialmente diante das exigências técnicas formuladas.

Além disso, o edital impõe a obrigatoriedade de garantia estendida de 24 meses, sem considerar que o próprio fabricante da mochila TK3 oferece garantia padrão de 12 meses. A responsabilidade pela complementação da garantia recairia exclusivamente sobre o fornecedor, o que acarreta aumento de custos operacionais e logísticos, especialmente em contratos com equipamentos importados e de alta especificidade técnica.

A exigência editalícia, ao fixar um valor estimado consideravelmente inferior ao preço real de mercado, especialmente diante da obrigatoriedade de fornecimento de equipamentos adicionais, contraria os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que devem reger todos os atos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A desconsideração das condições reais de fornecimento no mercado nacional, sobretudo em se tratando de produto importado e com baixa disponibilidade local, impõe obrigações excessivamente onerosas aos licitantes. Tal descompasso entre as exigências técnicas e o orçamento estimado gera desequilíbrio econômico-financeiro, tornando inviável a formulação de propostas exequíveis, configurando-se, portanto, como exigência desproporcional e irrazoável.

Além de que Fornecedores idôneos, tecnicamente qualificados e com ampla experiência no setor, podem ser injustamente excluídos da disputa por não conseguirem atender aos requisitos com o valor estimado fixado, sem arcar com

prejuízos financeiros significativos. Tal distorção cria um cenário de favorecimento indireto a eventuais licitantes que, porventura, descumpram requisitos mínimos de qualidade ou sustentabilidade contratual, comprometendo os objetivos da contratação pública e o interesse público.

A estimulação da concorrência é essencial para que a parte contratante alcance o melhor resultado no processo licitatório, fortalecendo a integridade e a eficácia das licitações públicas em benefício de toda a sociedade. Este princípio, ao ser mantido como alicerce, promove a busca pela proposta mais vantajosa, garantindo a maximização dos recursos públicos e a promoção do interesse coletivo.

Desta forma, o princípio da ampla competitividade, que deve nortear os procedimentos licitatórios, visa garantir que um maior número de empresas possa participar, promovendo a concorrência e, consequentemente, a obtenção de melhores propostas para a Administração Pública. No entanto, ao impor um valor tão inexecutável, o edital acaba por inviabilizar a participação de outras empresas que poderiam atender às necessidades do contrato, comprometendo a transparência e a eficiência do processo licitatório.

É fundamental que as exigências sejam revisadas para assegurar que o princípio a legalidade e que seja efetivamente respeitado, permitindo que mais fornecedores possam concorrer de forma justa e equitativa.

#### **IV- DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer-se, respeitosamente, o acolhimento integral da presente impugnação, com a consequente retificação do edital, nos seguintes termos:

A revisão do valor estimado do item, de forma a refletir com fidelidade os custos reais de aquisição do equipamento exigido, considerando:





- a) A inclusão dos acessórios obrigatórios à sua plena funcionalidade (em especial, as baterias “fake” específicas para os modelos Matrice 30 e Matrice 350);
- b) E a necessidade de cobertura financeira adequada para atendimento da exigência de garantia estendida de 24 (vinte e quatro) meses.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Barueri, 19 de maio de 2025.

**Vanessa Vieira Paredes**  
**Coordenadora Jurídica e Licitações**  
**Gohobby Future Technology Ltda.**